**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

LORRAYNE TEODORA PERES CRUVINEL DE PAULA

ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL

CAIAPÔNIA, GOIÁS

2021

LORRAYNE TEODORA PERES CRUVINEL DE PAULA

ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Esp. Bruno Pereira Malta

CAIAPÔNIA, GOIÁS

2021

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	03
2 PROBLEMA	03
3 HIPÓTESES	04
4 JUSTIFICATIVA	04
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	05
5.1 DA EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA DA IMPLEMENTAÇÃO DE ACORDOS PENAIS.	05
5.2 RAZÕES POLÍTICO-CRIMINAIS PARA O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	06
5.3 A DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO MACIÇO DE CONDUTAS E O TRÁFICO DE DROGAS	08
5.4 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (RESOLUÇÃO CNMP 181/2017) E LEI MARIA DA PENHA	08
5.5 AS INFRAÇÕES PENAIS OBJETO DA LEI MARIA DA PENHA TRAZEM, PELO CONTEXTO EM QUE ESTÃO INSERIDAS (VIOLÊNCIA DE GÊNERO), CONTORNOS QUE AFASTAM O ENTENDIMENTO DE QUE SE TRATA DE CRIME DE MENOR IMPORTÂNCIA	09
6 OBJETIVOS	10
6.1 OBJETIVO GERAL	10
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
7 METODOLOGIA PROPOSTA.....	11
8 CRONOGRAMA.....	13
9 ORÇAMENTO	14
REFERÊNCIAS	15

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

Buscando soluções alternativas para o processo penal que proporcionem celeridade na resolução dos casos menos graves; a priorização dos recursos financeiros e humanos do Ministério Público e do Poder Judiciário para processamento e julgamento dos casos mais graves; a minoração dos efeitos deletérios de uma sentença penal condenatória aos acusados em geral, que teriam mais uma chance de evitar uma condenação judicial, reduzindo os efeitos sociais prejudiciais da pena e desafogando os estabelecimentos prisionais.

O Código de Processo Penal trouxe a figura do Acordo de Não-Persecução Penal (ANPP), instituto criado a fim de suspender o curso do processo penal caso preencha e cumpra, respectivamente, os requisitos elencados no Código Penal, especialmente no art. 28-A, evitando assim uma possível sentença penal condenatória. Tendo como tema e delimitação do presente projeto.

Neste contexto, a Resolução n. 181 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e, posteriormente, o Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/2019), na sistemática adotada pelo artigo 28 - A do Código de Processo Penal, traz o acordo como medida despenalizadora que permite afastar a incidência da sanção penal como um negócio jurídico de natureza extrajudicial, necessariamente homologado pelo juízo competente, pelo menos em regra, pelo juiz das garantias. Neste sentido, delimitou-se como ponto de abordagem do ANPP as consequências de sua aplicabilidade efetiva no ordenamento jurídico penal brasileiro.

2 PROBLEMA

O investigado/acusado fica sujeito ao cumprimento de certas condições. Se cumpridas de maneira regular, o procedimento investigatório será arquivado, ou o processo será extinto. É o que ocorre não apenas no caso do acordo de não-persecução penal, mas também nos casos de transação penal e suspensão condicional do processo. O acordo de não-persecução penal foi introduzido no nosso ordenamento jurídico, originariamente, por meio do artigo 18 da Resolução n.181 do. E é exatamente daí que surgiu, à época, grande controvérsia: Poderia uma Resolução do CNMP tratar do assunto?

3 HIPÓTESES

Diante do exposto, levantou as seguintes hipóteses:

- A realização de acordos penais no Brasil - apesar de não ser a única e suficiente alternativa para a resolução dos graves problemas de nosso sistema - afigura-se como uma medida imprescindível e urgente para deflagrar um sério processo de aprimoramento e reforma do modo com que é realizado a nossa persecução penal.
- Considerando em tese o presente acordo ser benéfico ao indiciado poderia ser possível a retroatividade do acordo penal para abranger ações penais em curso ou seria possível mesmo podendo beneficiar o réu.
- Uma das soluções em que o Ministério vislumbrou para a situação do Sistema Penal brasileiro foi a adoção de critérios de oportunidade pelo MP, com a possibilidade de abrir mão da ação penal, mediante o cumprimento da obrigação de natureza não privativa de liberdade.

4 JUSTIFICATIVA

O sistema apresentado pela Resolução do CNMP, proporcionou grande vantagem em relação ao sistema alemão, isto porque - além de não ter surgido da simples prática, mas sim de um ato normativo autônomo do Conselho Nacional - a resolução impôs uma negociação transparente, com necessidade de filmagem em áudio e vídeo de todo procedimento negocial, devendo o acordo ser devidamente celebrado por escrito e assinado pelo Membro do Ministério Público, pelo investigado e seu defensor.

De acordo com dados estatísticos apresentados no 13º Relatório de Justiça em números, estudo elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, é de 3 anos e 1 mês o tempo médio de duração dos processos criminais que tramitam no Poder Judiciário brasileiro, somente na fase de conhecimento.

Já na fase de execução, em se tratando de processos com penas privativas de liberdade, a média de duração é de 3 anos e 9 meses. Por outro lado, se as penas não são privativas de liberdade, o processo dura cerca de 2 anos e 4 meses.

Visando a celeridade na resolução das lides, uma vez cumpridos os requisitos estabelecidos pela nossa ordem constitucional, é perfeitamente viável a realização de procedimento conhecido como acordo de não-persecução-penal.

Desta forma o presente estudo torna pertinente diante da atualidade do tema e a sua inserção no contexto atual, visto que, a situação do Sistema Penal brasileiro vinha se deteriorando. A impunidade e a falta de credibilidade em nosso tecido social vinham (e vêm) acarretando uma série de movimentos em nosso sistema social, que são altamente nocivos e que, uma vez instalados, acarretam extrema dificuldade para a recuperação da normalidade.

O trabalho tem o intuito fazer uma análise minuciosa das questões que envolvam as razões político-criminais para o acordo de não persecução, fundamentalmente para os crimes de média e baixa lesividade, aparentemente, é a mais promissora, e principalmente, trazer conhecimento para a sociedade e o mundo acadêmico, uma vez que a experiência prática dos outros países demonstrou que ela efetivamente acarreta uma diminuição sensível no tempo de tramitação pessoal.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 DA EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA DA IMPLEMENTAÇÃO DE ACORDOS PENAIS

A resolução n. 181/17 é possivelmente catalisada pela própria normativa do CNMP, verificou que, em outros países, a solução para os problemas de excesso de carga de trabalho, que dificultam a plena efetivação de uma Justiça Criminal, foram enfrentados por meio da adoção de um sistema de acordos penais (BRASIL, 2017). Tal solução, porém, nem sempre decorreu de uma decisão do legislador, a experiência francesa e alemã (que foram, também, importantes fontes de inspiração para a criação do acordo de não persecução penal) (CABRAL, 2021).

Na França, as primeiras experiências de soluções alternativas para os casos penais não surgem da lei, mas sim da iniciativa pessoal dos juízes e promotores de justiça, que se conscientizaram da incapacidade da Justiça Penal de lidar com grande carga de trabalho decorrente da persecução penal da delinquência de menor importância [...] (CABRAL, 2021, p. 43).

Ainda segundo Cabral (2021, p. 45):

Na Alemanha ocorreu situação semelhante à francesa. O acordo penal iniciou-se em virtude das práticas dos Promotores de Justiça e Juízes, apesar da ausência de lei prevendo tal possibilidade, o acordo penal foi introduzido na Alemanha pela prática dos atos processuais, como resposta ao aumento do número de casos complexos no sistema de justiça criminal. Juízes e promotores queriam economizar tempo e recursos, à medida que a carga de trabalho crescia. [...].

Neste sentido, observa-se que a grande vantagem que a Resolução do CNMP ostenta em relação às práticas iniciais francesas, é que ela já trazia detalhadamente as hipóteses em que era possível celebrar o acordo, evitando-lhe, assim, a profusão desordenada de acordos, com prejuízos ao princípio da igualdade.

5.2 RAZÕES POLÍTICO-CRIMINAIS PARA O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO

Existem soluções conhecidas para os problemas do excesso de trabalho no Sistema de Justiça Criminal, que podem ser resumidas em três distintas medidas: i) o aumento proporcional do número de juízes e promotores para fazer frente ao excesso de serviço; ii) a descriminalização de delitos, a ponto de diminuir drasticamente o número de processos; e iii) a ampliação substancial da possibilidade de celebração de acordos em matéria penal, fundamentalmente para os crimes de média e baixa lesividade (CABRAL, 2021).

A primeira solução de ampliação substancial dos quadros do Judiciário e Ministério Público pode ser aparentemente a ideal. No entanto, na prática, inclusive em países ricos, essa alternativa é inviável em virtude dos altíssimos custos que ela demanda. Um país, com as dificuldades econômicas e sociais que o Brasil tem, não pode se dar ao luxo de possuir um Sistema de Justiça tão grande a ponto de poder fazer frente ao extraordinário número de processos criminais existentes, máxime em sociedades contemporâneas e violentas como a brasileira (LIMA, 2020).

Seria investir um dinheiro que o país não tem para criar um Poder Judiciário e um Ministério Público demasiadamente grandes para as nossas possibilidades financeiras. Além disso, essa solução, aparentemente, também, fragilizaria a qualidade das magistraturas, banalizando o acesso a esses cargos, com riscos à manutenção da qualidade técnica dos

membros, à atratividade das carreiras e à exigência do alto grau de integridade, que é imprescindível para funções dessa estatura (LIMA, 2020).

A segunda opção a descriminalização maciça de condutas tem, em geral, pouco horizonte de efetividade, uma vez que é inadmissível a descriminalização de condutas intoleráveis em nossa sociedade, como furto, roubo, estelionato, porte de arma, estupro e outros delitos, que são os de incidência mais frequente nos juízos criminais no país (LIMA, 2020).

A última opção, consistente na ampliação substancial da possibilidade da celebração de acordos de natureza penal, fundamentalmente para os crimes de média e baixa lesividade, aparentemente, é a mais promissora, uma vez que a experiência prática dos outros países demonstrou que ela efetivamente acarreta uma diminuição sensível no tempo de tramitação processual (CABRAL, 2021). Nesse sentido, corrobora Schunemann (2009, p. 402-403):

Existem vantagens objetivas que são indiscutíveis desde a perspectiva da econômica judicial que um sistema de acordo traz que, inclusive, são altamente plausíveis desde a perspectiva da realização dos fins de um Direito Penal moderno preventivo. Junto a essas vantagens, é possível constatar, no âmbito subjetivo dos interesses ligados aos papéis desempenhados por distintos participantes do processo e, em todo caso, para os profissionais, uma utilidade paralela, massiva, múltipla e evidente, está utilidade adicional se manifesta na forma de uma enorme diminuição das exigências técnicas e da complexidade do trabalho, no sentido de uma redução do stress decorrentes dos conflitos e frustrações [...].

Num modelo sem acordo, a demora na tramitação processual, o excesso de serviço e a pressa para fazer essa carga de trabalho, geram seríssimos efeitos colaterais. É dizer, num modelo tradicional, sem acordo, paga-se um alto preço com a proliferação de injustiças. Por outro lado, o acordo é muito bom para a realização dos objetivos político-criminais preventivos e de pretensão de justiça que devem informar a persecução penal (CABRAL, 2021).

A resposta célere e não privativa de liberdade, às vezes poucos dias depois dos fatos, pode significar o freio de arrumação necessário para colocar nos trilhos a vida de quem envolveu-se na prática dos crimes pela primeira vez, com intuito ressocializador, uma espécie de arrependimento da prática delitiva, ao passo que as medidas alternativas inibiriam a reiteração no cometimento de novos crimes (CABRAL, 2021).

Essas injustiças são de duas ordens. De um lado, o Estado descumpra o seu dever de tutela jurídica, de outro, por mais surpreendente que possa parecer, se enfraquece substancialmente a capacidade do processo penal ser um processo materialmente justo. Assim

sendo, pode-se deduzir, que um modelo de acordo oferece uma série de vantagens sociais ao país, agilizando as respostas dando credibilidade ao Sistema de Justiça Criminal.

5.3 A DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO MACIÇO DE CONDUTAS E O TRÁFICO DE DROGAS

A descriminalização do uso e tráfico de drogas pelo menos, de maconha, poderia gerar um relevante efeito de alívio ao sistema judicial e penitenciário. No entanto, apesar de despontar uma tendência atual nesse sentido, em alguns países de relevo (como alguns Estados dos EUA, Uruguai e Canadá), é certo que essa é uma decisão arriscada, que deve ser pensada com bastante cuidado. O debate sobre a descriminalização das drogas deve envolver uma discussão nacional e madura, em que se deverá levar em conta não só os aspectos positivos (como a economia em recursos com persecução penal, o alívio no sistema penitenciário, a diminuição da influência de organizações criminosas na vida da população e a aparente diminuição dos crimes contra a vida decorrentes de disputa entre facções criminosas), mas, também, os possíveis aspectos negativos (especialmente os vinculados aos problemas na criminalidade, na agricultura, na saúde pública e nas relações internacionais) (LIMA, 2020).

Nenhuma decisão político-criminal sobre as drogas é isenta de problemas. Caberá a nossa sociedade ponderar os prós e contras para tomar essa decisão. O certo é que a discussão de como enfrentar o problema das drogas é inadiável e extremamente complexa. Esse tema deve invariavelmente ser enfrentado de forma sóbria e responsável. Apesar dessa urgência, não se verifica, num horizonte próximo, movimentação relevante no país para realizar esse debate. Ademais, para os fins que se pretende aqui discutir, é de se registrar que, mesmo com a descriminalização da posse e tráfico de drogas, o alívio na sobrecarga de trabalho, à primeira vista, ainda não seria suficiente para diminuir o excesso de trabalho a níveis aceitáveis (LIMA, 2020).

5.4 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (RESOLUÇÃO CNMP 181/2017) E LEI MARIA DA PENHA

A Resolução 181/2017 do CNMP que “dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público” (BRASIL, 2017), quando

de sua edição original, não trouxe nenhuma norma expressa acerca da possibilidade (ou não) da aplicação do acordo de não persecução penal aos casos que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) (BIANCHINI, 2016).

A omissão legal levou a uma divergência na doutrina sobre o assunto, sendo que os presentes autores desde a edição da Resolução antes mencionada, manifestaram-se pela impossibilidade e inconveniência de se aplicar o acordo de não persecução penal a tais crimes, o que se pode conferir na primeira edição da presente obra (BIANCHINI, 2016).

Alteração realizada na Resolução, em 24 de janeiro de 2018, tratou de, expressamente, afastar a possibilidade de o acordo de não persecução alcançar os crimes de que trata a lei Maria da Penha, na linha, portanto, defendida pelos presentes autores na primeira edição da presente obra (BIANCHINI, 2016).

5.5 AS INFRAÇÕES PENAIS OBJETO DA LEI MARIA DA PENHA TRAZEM, PELO CONTEXTO EM QUE ESTÃO INSERIDAS (VIOLÊNCIA DE GÊNERO), CONTORNOS QUE AFASTAM O ENTENDIMENTO DE QUE SE TRATA DE CRIME DE MENOR IMPORTÂNCIA

Analisando os requisitos exigidos para a propositura do acordo de não persecução penal, percebe-se que a principal substância é que sua ocorrência se dê em casos de crimes que não possuam contornos de gravidade em relação às consequências que venham a acarretar para a vítima (que pode ser o indivíduo ou a sociedade). É o que consta na última justificativa apresentada na Resolução (BRASIL, 2017):

Considerando, por fim, a exigência de soluções alternativas no Processo Penal que proporcionem celeridade na resolução dos casos menos graves, priorização dos recursos financeiros e humanos do Ministério Público e do Poder Judiciário para processamento e julgamento dos casos mais graves e minoração dos efeitos deletérios de uma sentença penal condenatória aos acusados em geral, que teriam mais uma chance de evitar uma condenação judicial, reduzindo os efeitos sociais prejudiciais da pena e desafogando os estabelecimentos prisionais [...].

A ofensa ao bem jurídico também se apoia no princípio da proporcionalidade: se a sanção penal é a mais drástica do ordenamento jurídico, sua cominação e aplicação só têm sentido quando a conduta humana criminosa violou de forma efetiva o valor protegido pela

norma. É exatamente aqui que se encontra o ponto de reflexão acerca do tema relativo à aplicação ou não do acordo de não persecução penal para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, baseada no gênero: Qual o valor do bem jurídico protegido pela Lei Maria da Penha? Ou, ainda antes: qual o bem jurídico que ela tutela? (GOMES, 2016).

Não obstante cada crime praticado no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher apresente seu próprio bem jurídico (como é o caso da lesão corporal, cujo bem jurídico é a integridade física e psicológica da vítima), há também o bem jurídico comum a todos os crimes que envolvam tal contexto de violência: a dignidade da pessoa humana (GOMES, 2016).

Uma compreensão correta da Lei Maria da Penha não permite que fundamentações fulcradas na preocupação com a família, com a sociedade, com o núcleo familiar, com a paz e restauração do lar sejam usadas para afastar a sua incidência. Não que tais valores sejam desimportantes, mas é que a atenção a eles está descontextualizada com o objeto e objetivos da Lei, que busca, exatamente, romper com a ideia de que é mais relevante a família do que os membros que a integram. Aliás, que qualidade é dada à família se nela existe violência? Também não se pode esquecer o quanto é prejudicial aos membros da família a existência de violência, ainda que não sejam diretamente atingidos. A vítima de violência doméstica e familiar, exatamente por encontrar-se inserida em um contexto de violência estrutural, normalizada, envolta em um sistema patriarcal, e cercada de estereótipos em relação ao seu papel como mulher, vê-se em situação de vulnerabilidade (GOMES, 2016).

E é essa condição (vulnerabilidade) que justifica o tratamento diferenciado que a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) reservou às mulheres (não todas, mas as que se encontram em situação de violência no contexto doméstico, familiar ou em uma relação íntima de afeto). Recusar essas circunstâncias representa a negação da própria motivação da Lei Maria da Penha como ação afirmativa. A partir de todo o cenário acima trazido, infere-se uma maior reprovabilidade social da ação e um maior desvalor do resultado, já que a conduta se insere em um contexto diferenciado de violência (GOMES, 2016)

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Confirmar ao meio acadêmico que a Resolução do CNMP a qual foi introduzida no nosso ordenamento jurídico por meio do artigo 18 da Resolução n.181 pode tratar do assunto acordo

de não-persecução penal, pois, no exercício de suas atribuições administrativas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o CNMP ostentam o poder de expedir atos regulamentares (CF, art. 103-B, §4º, I, e art. 130-A, §2º, I, respectivamente).

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Confirmar a constitucionalidade do artigo 18 da Resolução n. 181 do CNMP.

Analisar as razões político-criminais para o acordo de não persecução penal.

Demonstrar que o modelo de Acordo de não Persecução Penal oferece uma série de vantagens sociais ao país.

Registrar a impossibilidade de acordo de não persecução aos crimes de que trata a lei Maria da Penha.

7 METODOLOGIA PROPOSTA

Ao tratar das características da ciência, Marconi e Lakatos (2011, p. 23) salientam que ela se apresenta “como um pensamento racional, objetivo, lógico e confiável” que tem como especificidade “ser sistemático, exato e falível, ou seja, não final e definitivo, pois deve ser verificável, isto é, submetido à experimentação para a comprovação de seus enunciados e hipóteses, procurando-se as relações causais”.

Para Henrique e Medeiros (2005, p. 36) “o método dedutivo parte de enunciados gerais (princípios) tidos como verdadeiros e indiscutíveis para chegar a uma conclusão. É um método puramente formal, que se vale apenas da lógica.” Para Demo (2015, p. 102), “deduzir é inferir, levar para fora. A lei fundamental do raciocínio dedutivo é: a conclusão não pode ter extensão maior que as premissas.”

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo será realizado por meio de pesquisa bibliográfica em: livros, artigos periódicos, legislação vigente, normativas e jurisprudência atual. Como mecanismos de busca de literatura sobre o tema, utilizou-se Google Acadêmico, Scielo e Periódicos Capes. Delimitando-se o recorte temporal para artigos publicados entre em 2019 a 2021, usando os descritores/palavras chaves: Acordos, transações penais e suspensão constitucional do processo.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 54):

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se por ser constituída principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente.

Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar.

Devido à recente criação do Acordo de Não Persecução Penal e do período pandêmico que enfrentamos, foram feitos poucos acordos. Desta forma, a pesquisa terá abordagem qualitativa, apoiados na quantificação, ocupam-se, nos domínios da natureza, da investigação de regularidades e de relações causais e explicativas dos fenômenos, visando a descobrir leis que governam os fenômenos. O método científico empregado no presente estudo será o método dedutivo.

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1º	2º	3º	4º
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas	02/2021			
Elaboração do projeto	02-03/2021	04/2021		
Entrega do projeto final ao orientador e defesa		05/2021		
Reformulação do projeto e entrega à coordenação		06/2021		
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema			08/2021	
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos			08-09/2021	10/2021
Análise e discussão dos dados				10/2021
Elaboração das considerações finais				10-11/2021
Revisão ortográfica e formatação do TCC				11/2021
Entrega das vias para a correção da banca				11/2021
Arguição e defesa da pesquisa				12/2021
Correções finais e entrega à coordenação				12/2021

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	Un.	Qtde.	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Acesso à internet	un	1	120,00	120,00
Livros	un	2	90,00	180,00
Encadernação em espiral	un	7	3,50	24,50
Correção e formatação	un	37	7,00	259,00
Total				583,50
Fonte financiadora: recursos próprios.				

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIO DE JANEIRO. Presidência da República. Decreto Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 07 de dez. de 1940. Não paginado. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm >. Acesso em: 20 maio 2020.

SOUZA, R. Ó. *Acordo de Não Persecução Penal: Resolução 181/2017 do CNMP com as alterações feitas pela Res. 183/2018*. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

SCHUNEMANN, B. *Sobre la crítica a la teoria de la prevencion general positiva, in Política Criminal*. Barcelona: Bosch, 1997.